

Os bancos, no “olho” do furacão

KENNETH N. GILPIN

Durante as últimas seis semanas, os bancos comerciais, junto aos quais o Brasil tem mais de 55 bilhões de dólares de dívidas em aberto, se encontraram no “olho” do furacão. Este período contrasta fortemente com a época frenética do último inverno, quando foram necessárias semanas de trabalho com 80 horas para se organizar um plano de resgate multibilionário em quatro partes.

“Nós estamos num período de esperar para ver o que acontece”, disse um banqueiro nova-iorquino, acrescentando: “Nada será feito em termos de um crédito a médio prazo, enquanto o Fundo e o Brasil não chegarem a um acordo”.

Os bancos, cujos fornecimentos de empréstimos dependem da aprovação, por parte do Fundo Monetário Internacional, da política econômica do Brasil, estão esperando desde fins de maio para que o FMI e o País cheguem a um acordo quanto aos novos critérios de **performance** da economia. Mas, com um acordo programado para segunda-feira, o período de espera está praticamente no fim.

Em alguns aspectos, esse período de calmaria foi benéfico para os bancos, que tiveram problemas em realizar uma parte do programa de quatro pontos acertado com o Brasil. Em outro sentido, este período não foi positivo. “Este não foi um bom período para os bancos”, afirmou um banqueiro. “O Fundo e os bancos bloquearam as parcelas dos empréstimos e os atrasos se acumularam. Isto não é uma coisa boa, pois faz com que o País viva da mão para a boca”, acrescentou.

NOVO ENFOQUE

Do ponto de vista burocrático, o atraso foi benéfico. A decisão do Fundo Monetário Internacional em suspender os pagamentos das parcelas do empréstimo até ter examinado a atual situação econômica do Brasil coincidiu com um reconhecimento, por parte dos bancos, de que eles também estavam necessitando adotar um enfoque diferente.

O que no início tinha sido um programa de quatro partes, com quatro bancos diferentes encabeçando cada um dos esforços, acabou sendo consolidado sob a direção do Citibank e do seu especialista latino-americano, o vice-presidente William R. Rhodes. Os bancos, que tinham estruturado o seu programa original tomando como base dados fornecidos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Brasil, estão agora desempenhando um papel mais ativo, para determinar qual o volume de recursos adicionais de que o País vai precisar. “Em dezembro último, quando irrompeu a crise brasileira, nós estávamos preocupados com uma série de outras coisas, principalmente com o México”, disse outro banqueiro.

Ninguém sabe quanto dinheiro novo será necessário, mas as estimativas são grandes. William R. Cline, do Instituto de Economia Internacional, em Washington, diz que o Brasil irá necessitar de um crédito adicional de 3,5 bilhões de dólares este ano e de mais quatro bilhões de dólares em 1984.